



SOCIEDADE AMIGOS DA MARINHA de Campinas

SOAMAR Campinas

Por uma mentalidade marítima!

Fundada em 09/09/1982

Palavra do Almirante

JOSÉ ANTONIO DE CASTRO LEAL

ALMIRANTE-DE-ESQUADRA (RM1)

DESARMAMENTO E CONTROLE DE ARMAS

A função de Conselheiro Militar

Após 48 anos de serviço ativo na Marinha, tive a ventura profissional de ser designado como Conselheiro Militar na Representação Brasileira junto à Conferência de Desarmamento, em Genebra, na Suíça, no período de março de 2010 a março de 2012. Essa função tem caráter diplomático e é exercida em sistema de rodízio entre as três Forças, por oficial-general do último posto, indicado pelo Ministério da Defesa, a quem permanece vinculado. Ao receber o amável convite de elaborar um texto sobre o trabalho ali desenvolvido para o Boletim da SOAMAR CAMPINAS, avaliei que seria uma excelente oportunidade de divulgar aspectos interessantes desse importante e peculiar campo das negociações internacionais multilaterais.



Palácio das Nações, sede do Escritório da Organização das Nações Unidas em Genebra, que abriga a Conferência de Desarmamento.

Sociedade Amigos da Marinha de Campinas

Acesse nossa página: www.soamarcampinas.org.br

E-mail: soamar@soamarcampinas.org.br

Telefones: +55 19 81427419.

Presidente SOAMAR Campinas Christiane Chuffi.

Produção e divulgação: Presidente Christiane Chuffi

Colaboração: CMG (RM1) Ronald dos Santos Santiago.



Acesso de pedestres ao Palácio das Nações, com bandeiras de todos os países integrantes da ONU.

Desarmamento e controle de armas

Todos compreendemos - militares e civis - que qualquer limitação em armamentos coloca restrições no alcance e propósito das políticas de defesa. De modo geral, o termo “desarmamento” está ligado à redução do nível da capacidade militar ou ao banimento de certas armas, tendo por base o conceito de que a posse de armamentos é a fonte principal de tensão e guerra. Por sua vez, o termo “controle de armas” implica na colocação de restrições no emprego ou na disponibilidade de meios militares, reduzindo o risco de guerras pela melhoria do conhecimento mútuo e pela limitação das opções disponíveis. No seu conjunto, as medidas de desarmamento e controle de armas se consolidam mediante acordos formalmente negociados entre Estados e alcançados livremente em tempo de paz. Se até a Segunda Guerra Mundial a implantação desses acordos era baseada na premissa de confiança entre os Estados, após, em parte como fruto da corrida armamentista nuclear, evoluiu-se para sistemas formais de verificação quanto ao cumprimento das prescrições acordadas.

Por outro lado, cada vez mais o desarmamento parece inspirar na diplomacia multilateral uma ênfase maior no impacto que certas armas causam nos seres humanos do que na própria razão de existência dos arsenais dos Estados. Ou seja, os objetivos humanitários passam a prevalecer sobre os temas de segurança nacional e utilidade militar. Nesse contexto, o entendimento prevalecente nas discussões é que, se nenhum texto pode especificar antecipadamente as circunstâncias que justificariam um comandante não cumprir as prescrições de dado acordo, nenhuma circunstância poderia justificar a violação dos princípios fundamentais das regras acordadas, com ênfase nas que proíbem infligir danos desnecessários a indivíduos e causar destruição sem limites de propriedades



Monumentos defronte ao Palácio das Nações – “Canhão da Paz” e “A Cadeira Inválida”.



Detalhe de “A Cadeira Inválida”, monumento às vítimas de minas terrestres.

Em assunto tão sensível, não se pode esquecer que existem interesses de elevado valor político, estratégico e financeiro nos negócios de armas e munições, que muitas vezes condicionam as posturas das nações. No tema desarmamento, os compromissos consequentes de acordos políticos e comerciais, sejam aqueles inerentes a alianças entre nações ou mesmo pactos sigilosos, sejam os decorrentes de contratos de fornecimento de materiais e de transferência de tecnologia, trazem um pragmatismo às relações diplomáticas que somente as tornam mais complexas.

Adicionalmente, é fundamental separar as armas de destruição em massa daquelas genericamente designadas como armas convencionais. As primeiras, conforme definição aceita no âmbito da ONU, são armas com explosivo atômico ou material radioativo, químicas ou biológicas, e qualquer arma desenvolvida no futuro que tenha características comparáveis em efeito destrutivo. As convencionais são todas as demais, constituindo-se no tipo mais comum de armamento e historicamente o meio preponderante empregado nos conflitos. Por certo, para os países que renunciam às armas de destruição em massa, os acordos relacionados às armas convencionais adquirem especial significado.

A Conferência de Desarmamento

Nesse intrincada teia, o papel da Conferência de Desarmamento é impar, pois em 1978, na 10ª Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU, ela foi reconhecida como o único organismo multilateral de negociações em desarmamento. É um órgão formalmente autônomo em relação à ONU, não integrando sua estrutura, embora seja apoiado administrativamente pelo Escritório da ONU, instalado no Palácio das Nações, a antiga e imponente sede da Liga das Nações, em Genebra. Em que pese o nome Conferência, possui caráter permanente, contando com 65 Estados membros e abrangendo todos os envolvidos com atividades nucleares. Tem regras próprias de funcionamento, presidência rotativa de quatro semanas e realiza uma sessão anual, dividida em três períodos de dez, sete e sete semanas. É aberta a Estados observadores, porém fechada a Organizações Não Governamentais, o que a torna mais imune a pressões da opinião pública. Suas decisões são adotadas por consenso, entendido como unanimidade, permitindo assim que, em plena igualdade de condições, os Estados membros possam exercer direito de veto, até mesmo no estabelecimento do programa de trabalho e no envio do relatório anual à ONU.

No seu âmbito, as nações desenvolvem, quando e como preciso, de forma proativa ou reativa, suas formulações político-estratégicas de defesa. Ali, apreciam os meandros trilhados pelas demais nações, a serem apoiadas ou confrontadas, a depender de possíveis interferências com os interesses nacionais. Ali discutem permanentemente o único tema que envolve, na realidade, a garantia de sobrevivência das nações. Por isso, vem ocorrendo um esforço internacional mais concentrado, nos últimos anos, para sua plena revitalização, sendo que o impasse atual se evidencia pela repetida não aprovação do Programa Anual de Trabalho.

Vale destacar que o Brasil é membro da Conferência desde seus primórdios e mantém atuante representação específica junto a ela. Em 2000, quando sob a presidência do Brasil, foi formulada uma proposta pelo então Embaixador Celso Amorim, que tentava “organizar as diferenças”, prevendo a criação de quatro comitês independentes, focado em temas centrais. Em 2009, sob a presidência da Argélia, conseguiu-se aprovar um programa de trabalho contemplando esses comitês, não se obtendo, porém, consenso para implementá-lo. De 2010 a 2012, também não se obteve sucesso, tendo o Brasil, quando na presidência, agora com o Embaixador Macedo Soares, em junho/julho de 2010, apresentado um novo programa, vetado pelo Paquistão por não atender as preocupações de segurança nacional relacionadas com possíveis negociações sobre material físsil. Mesmo assim, é bastante interessante destacar os ditos quatro temas centrais ali repetidamente discutidos:



Sessão plenária da Conferência do Desarmamento, com o Brasil, na pessoa do Embaixador Macedo Soares, ocupando a presidência

- Desarmamento nuclear - na agenda desde 1979, com a primeira proposta já contemplando negociações para término da produção de todos os tipos de armas nucleares e redução gradual de estoques até sua eliminação. Entre 1994 e 1996, as negociações que levaram ao Tratado de Banimento Compreensivo de Testes Nucleares dominaram as atividades da Conferência, sendo esse o único resultado já obtido na área nuclear (conquanto o tratado ainda não tenha entrado em vigor). É tema de interesse estratégico para o Brasil, de forma coerente com seus preceitos constitucionais.

- Controle de material físsil - em 1993, a Assembleia Geral da ONU recomendou a negociação de um tratado para proibição da produção de material físsil para fins explosivos e no ano seguinte a Conferência iniciou discussões que desde logo se polarizaram sobre considerar apenas a produção futura ou também incluir os estoques existentes.

Em 2010, o Brasil, enquanto na presidência, apresentou um novo arranjo para um possível tratado, com um acordo básico, em contexto de desarmamento, e dois protocolos, lidando um com produção e outro com estoques. A proposta, embora usada em diversas discussões, não prosperou. O tema possui particular motivação para o Brasil, por poder interferir com os interesses nacionais e de defesa no que tange ao domínio autônomo do ciclo de combustível nuclear, no qual a Marinha tem papel notável e essencial.

- Garantias negativas de segurança – aspecto recorrente na agenda, objetiva proteger os Estados não nucleares contra o uso ou ameaça de uso de armas nucleares. Na prática, ocorre uma resistência não exposta dos Estados nucleares quanto a um instrumento internacional juridicamente vinculante, enquanto os Estados não nucleares continuam a se sentir sob a ameaça nuclear sem tal acordo. É tema de interesse estratégico para o Brasil, em conformidade com suas posturas regionais e internacionais.

- Prevenção da corrida armamentista no espaço sideral - desde 1982 consta da agenda, porém nunca se conseguiu passar das discussões para as negociações, por força de vistas divergentes quanto a real necessidade desse acordo, que colocaria restrições antes mesmo da ocorrência do emprego de armas ou de reflexos de caráter humanitário. O tema possui particular motivação para o Brasil, que coordenou discussões temáticas em 2009 e 2010, por poder interferir com os interesses nacionais e de defesa, posto as metas e objetivos do seu programa espacial.

O posicionamento do Brasil

Nos dois anos no exercício da função de Conselheiro Militar, pude bem verificar quão complexa é a natureza dos compromissos assumidos ou a serem assumidos pelo Brasil, permeando as responsabilidades do Estado defronte a comunidade internacional, mas no contexto humanitário atingindo também os indivíduos investidos da capacidade de mando, sujeitos desde 2002, também ao Tribunal Penal Internacional, por prescrição de emenda à nossa Constituição Federal.

Se apreciarmos a história do desarmamento, constatamos que o Brasil sempre esteve presente nas negociações relacionadas com o tema, desde a Conferência de Haia de 1907, quando Rui Barbosa contou com assessores da Marinha e do Exército. Parafaseando o que foi bem dito pela delegação brasileira na criação da Liga das Nações, em 1919, enquanto país pacífico, nada tendo de imperialista, por força de seu considerável território, suas extensas fronteiras e suas imensas águas jurisdicionais, o Brasil precisa ter Forças Armadas adequadas e bem preparadas. Daí é natural que busque uma atuação determinada e contínua em todos os foros internacionais onde se discutem as limitações na capacidade bélica das nações e se busca a prevenção dos danos humanitários colaterais. Nessas oportunidades, logo se identifica a completa opção nacional pela renúncia ao armamento de destruição em massa, seja nuclear, biológico ou químico, devidamente formalizada pela adesão aos inúmeros tratados vigentes.

No foro da Conferência de Desarmamento, a posição repetidamente expressa pelo Brasil é de não haver alternativa, sendo sua revitalização um passo firme no sentido de fortalecimento da abordagem multilateral do desarmamento. Na Assembleia Geral da ONU, a posição brasileira é de reiterar seu entendimento de considerar a Conferência como a única instituição constituída pela comunidade internacional para negociar desarmamento nuclear, apoiando a expansão no número de membros e maior participação da sociedade civil.



Detalhe da delegação brasileira durante o período da presidência da Conferência do Desarmamento em 2010, então composta pelo Embaixador Macedo Soares, Ministro Tabajara, Conselheiro Militar Castro Leal e os Conselheiros Júlio Laranjeira e João Marcelo.

Por outro lado, o Brasil participa de todas as iniciativas desenvolvidas, no âmbito da ONU, relacionadas com o armamento convencional e com medidas de construção de confiança. É membro pleno da Convenção sobre Certas Armas Convencionais, entendidas essas armas como aquelas que causam sofrimento desnecessário e tem efeitos indiscriminados. Em detalhes, os protocolos da Convenção incluem proibição ou restrição ao uso de armas com fragmentos que escapam à detecção por raios X; minas, armadilhas e dispositivos improvisados; armas incendiárias; armas a laser causadoras de cegueira; e obrigações para reduzir os riscos e efeitos de restos explosivos, em situações de pós-conflito. De 2006 ao final de 2011, grupos de especialistas governamentais se reuniram em Genebra na tentativa frustrada de elaboração de protocolo referente ao uso de munições em cacho (de forma resumida, podendo ser descritas como munições que contém outras munições de menor calibre e as espalham na área alvo, provendo efeito de saturação).

Fora do âmbito da ONU, por iniciativa de países insatisfeitos com compromissos já alcançados ou com negociações em curso, duas convenções foram elaboradas sobre armas convencionais. A Convenção sobre Minas Antipessoal, fruto do “Processo de Ottawa”, realizado sob forte influência de Organizações Não Governamentais, bane totalmente a posse de minas antipessoal e promove a destruição dos estoques e limpeza de áreas, introduzindo, pela primeira vez, a obrigação de assistência a vítimas em tratados de armas. O Brasil ratificou essa Convenção e se destaca por participação ativa no desminado humanitário na América Central e do Sul, sob a égide da Junta Interamericana de Defesa. A Convenção sobre Munições em Cacho, resultante do “Processo de Oslo”, incluiu Estados, sociedade civil e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Proíbe o uso, armazenagem e transferência de munições em cacho, com exceções, e trata também de assistência a vítimas, limpeza de áreas e destruição de estoques. O Brasil, enquanto não participou do “Processo de Oslo” por considerar inadequado o trato fora do âmbito da ONU e não envolver os principais produtores e utilizadores (entre os quais está incluso), manteve ativa e permanente presença nas discussões no âmbito da Convenção sobre Certas Armas Convencionais, que vieram a se revelar infrutíferas, por oposição dos próprios signatários de Oslo.

Por último, no que se refere aos instrumentos ou iniciativas que, sem se configurarem como acordos entre as nações, buscam regular o tema de desarmamento e controle de armas e contribuir para a construção de medidas de confiança mútua, o Brasil está sempre presente. Cabe citar o Instrumento Padronizado da ONU de Informação sobre Gastos Militares; o Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis; o Registro da ONU sobre Armas Convencionais (abrangendo tanques; blindados; sistemas de artilharia de grosso calibre; aviões de combate; helicópteros de ataque; navios de guerra; e mísseis e seus sistemas de lançamento) e a Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais.

A atuação do Conselheiro Militar

Pode-se depreender o intenso trabalho requerido em consequência desses atos internacionais, todos contemplando a emissão de relatórios, exames periódicos de conteúdo, medidas de verificação de cumprimento e análise de propostas de alterações. Como cada acordo tem mecanismos próprios, é imprescindível conhecimento específico atualizado, preparo contínuo e participação proativa. Algumas das Convenções, por sua complexidade, como a de Armas Biológicas, envolvem inúmeros organismos governamentais, levando a pesados mecanismos internos de coordenação. Outras, em especial as relacionadas com armamento convencional, afetam a indústria nacional de defesa, inclusive no que se refere a exportações, como o recém-acordado Tratado sobre o Comércio de Armas.

Mesmo expondo o tema de modo muito sucinto, procurei deixar transparecer como é preciso ser intensa e permanente a interação entre o Ministério da Defesa e o das Relações Exteriores, de modo a prover as delegações brasileiras, nos diversos foros, com os elementos requeridos para fundamentar as posições a serem manifestadas. Exerci a função de Conselheiro Militar com esse sentido em mente e atesto que foi uma oportunidade extraordinária atuar junto à nossa competente representação diplomática em Genebra, participando ativamente, por dois anos, na elaboração e na formulação das posições brasileiras, quer na Conferência de Desarmamento, quer nos foros dos Tratados e Convenções de que o Brasil faz parte.



Comemoração do Dia do Marinheiro, em 2010, na sede da Representação brasileira, com participação de conselheiros militares de países integrantes da Conferência do Desarmamento.



Companheiro soamarino, de Sorocaba, Walde Cavalcante e Conselheiro Militar Castro Leal, defronte ao Palácio das Nações, em 2011.

Porém, considero ser também necessário que a Sociedade que sustenta as Forças Armadas saiba que o Brasil tem sempre posicionamento firme e claro, em prol do banimento das armas de destruição em massa, da regulação do uso das armas de efeitos inumanos e de medidas equilibradas de construção de confiança e transparência, mas preservando sua autonomia no processo decisório de bem e adequadamente equipar as Forças Armadas consideradas necessárias para a proteção dos legítimos interesses nacionais.

Sou muito grato à SOAMAR CAMPINAS pela oportunidade concedida a este ex-Conselheiro Militar de colaborar para tal!

A SOAMAR Campinas elege nova Diretoria

Cumprindo o estabelecido no seu Estatuto, a Soamar Campinas realizou Assembleia Geral no dia 27 de maio para a eleição de sua Diretoria para o biênio 2013 - 2015 que ficou constituída pelos seguintes Soamarinos;

| | |
|-------------------------------|----------------------------------------------|
| Presidente | Christiane Chuffi |
| 1o. Vice-Presidente | Ana Maria Ferreira da Silva |
| 2o. Vice-Presidente | Emerson Teixeira Ribeiro |
| 1o. Diretor Secretário | Wesley Carlos Pacheco |
| 2o. Diretor Secretário | Hassem Haluen |
| 1o. Diretor Tesoureiro | Valter César de Souza |
| 2o. Diretor Tesoureiro | José Roberto Sundfeld |
| Diretor de Divulgação | Maria Aparecida Veríssimo de Oliveira |
| 1o. Diretor Social | Paulo Celso Motta |
| 2o. Diretor Social | Yullo Dechichi, |
| 1o. Diretor Cultural | Marino Zigiatti |
| 2o. Diretor Cultural | Nicolas Wanderley Cabral |
| Diretor de Patrimônio | Orandir Emílio Pieri |

CONSELHO DELIBERATIVO

| | |
|-------------------|-----------------------------------------|
| Presidente | Habib Kamel Noumi |
| Membro | Fernando Vaqueiro Ferreira Filho |
| Membro | Adailton José Santos Silva |
| Membro | Lisandro Pavie Cardoso |
| Suplente | Ivam José Antunes Ribeiro |
| Suplente | Arly de Lara Romêo |
| Suplente | Nelson Solcia |
| Suplente | Paulo Sérgio Saran |

CONSELHO FISCAL

| | |
|-------------------|---------------------------------------|
| Presidente | Walter Gabetta |
| Membro | Ramon Aboin Gomes |
| Membro | Antonio da Silva Ramos |
| Membro | André Moyses Bittar |
| Suplente | Roberta Serra de Toledo Bittar |
| Suplente | Takuo Hashizumi |
| Suplente | Ana Maria Fedozzi da Cunha |



Marinha do Brasil

AMAZÔNIA AZUL®

O patrimônio brasileiro no mar

SIGA A MARINHA
NAS REDES SOCIAIS

Como ingressar na Marinha do Brasil

Busque informações no site abaixo, Diretoria de Ensino da Marinha, sobre as oportunidades de ingresso na Marinha do Brasil de acordo com o seu nível escolar, idade, sexo etc.

Fique atento a abertura de editais com as instruções específicas para cada processo seletivo.

Informe-se sobre as oportunidades de seguir carreira na Marinha do Brasil. Conheça a sua Marinha!

<https://www.ensino.mar.mil.br/sitenovo/ingresso.html>

globo
esporte
.com

Blog

ESPORTE MILITAR

Competições e destaques esportivos das Forças Armadas e Forças Auxiliares no Brasil e no exterior | Por Marcos Vinícius Lúcio

O Capitão-de-Fragata (T) Marcos Vinícius LÚCIO, é Assessor de Comunicação Social da Comissão de Desportos da Marinha e do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes.

Visando divulgar as competições e destaques esportivos das Forças Armadas e Forças

Auxiliares no Brasil e no exterior mantém o Blog www.globoesporte.com/platb/esporte-militar Visite e saiba um pouco mais sobre as atividades dos militares brasileiros nos esportes.



Sociedade Amigos da Marinha do Brasil

Visite o site

www.soamar.org

DATAS COMEMORATIVAS DE JULHO

- 01: 44º Aniversário da Diretoria de Administração da Marinha
- 05: 79º Aniversário do Tribunal Marítimo;
- 07: 72º Aniversário da Base Naval de Natal;
- 07: 33º Aniversário do Ingresso da Mulher nas fileiras da Marinha;
- 09: 48º Aniversário do Centro de Sinalização Náutica Almirante Moraes Rego
- 11: 156º Aniversário da Capitania dos Portos de Ceará
- 13: 54º Aniversário do Instituto de Pesquisas da Marinha
- 17: 99º Aniversário da Força de Submarinos (Dia do Submarinista);
- 21: Memória aos Mortos da Marinha em Guerra
- 22: 32º Aniversário do Aviso de Instrução Guarda-Marinha Jansen
- 22: 32º Aniversário do Aviso de Instrução Guarda-Marinha Brito
- 23: 27º Aniversário do Rebocador de Alto-Mar Triunfo
- 28: 62º Aniversário do Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha
- 28: 2º Aniversário do Centro de Guerra Eletrônica da Marinha
- 28: 277º Aniversário de criação do Comando da Marinha do Brasil



**Aniversariantes do mês de Julho
Felicidades, saúde e paz para todos!**

- 07: Arly de Lara Romeo**
- 13: Yullo Dechichi**
- 15: Paulo Motta**
- 21: Ana Maria F. Cunha**
- 27: Maria José Passeri Santiago**

11 DE JUNHO DATA MAGNA DA MARINHA



11 DE JUNHO ANIVERSÁRIO DA
BATALHA NAVAL DO RIACHUELO

O Brasil de hoje provém de um passado
de superações, como a vitória do
Almirante Barroso na batalha naval do
Riachuelo, em 1865.

"SUSTENTAR O FOGO QUE A VITÓRIA É NOSSA" É NOSSO DEVERA PROTEÇÃO DAS RIQUEZAS NOS MARES E RIOS DO BRASIL.

www.mar.mil.br
[/mamiltr](#)
[/photos/mboficial](#)
[/marinhaoficial](#)



**AMAZÔNIA
AZUL**
A NOSSA ÚLTIMA FRONTEIRA

Existe uma Amazônia no mar para ser protegida.
Acesse o site e conheça nosso trabalho.

PROTEGENDO NOSSAS RIQUEZAS, CUIDANDO DA NOSSA GENTE.

Ministério de
Defesa 

BRASÍLIA, DF.
Em 11 de junho de 2013.

ORDEM DO DIA Nº 2/2013

Assunto: 148º Aniversário da Batalha Naval do Riachuelo – Data Magna da Marinha

A vitória na Batalha Naval do Riachuelo, ocorrida em 11 de junho de 1865, concorreu, definitivamente, para o desfecho favorável aos aliados na Guerra da Tríplice Aliança, sendo uma das passagens mais importantes da nossa História. Ao relembrarmos as circunstâncias e os fatos inseridos no contexto daquele confronto, temos a oportunidade, não só de exaltar os feitos dos homens corajosos que lá lutaram, mas, também, de procurar compreender o significado daquele acontecimento, que hoje comemoramos por ocasião da nossa Data Magna.

Em 1864, quando tivemos o território invadido e fomos obrigados a reagir a tão grave agressão, o inimigo de então dispunha de meios apropriados a uma campanha fluvial, na qual, muitas das vezes, é necessário navegar em águas com pequenas profundidades. A nossa Marinha, ao contrário, não estava preparada para aquele tipo de operação, pois as suas belonaves possuíam calados maiores e eram voltadas às ações em mar aberto. Além do mais, cabe considerar que deveríamos atuar a grandes distâncias das bases de apoio.

Ao Chefe-de-Divisão Francisco Manoel Barroso da Silva foi atribuída a tarefa de realizar o bloqueio dos Rios Paraguai e Paraná, a fim de impedir o fluxo logístico do adversário. Na manhã do dia 11 de junho, os oito navios, sob o seu comando, encontravam-se fundeados nas proximidades da cidade argentina de Corrientes, nas margens do Paraná. Já o Grupo oponente, composto por oito embarcações e seis chatas artilhadas a reboque, descia o rio, decidido a sobrepujar os brasileiros, contando, inclusive, com canhões e soldados posicionados, de forma camuflada, nas barrancas próximas à desembocadura de um pequeno afluente, o Riachuelo.

Aproximadamente às 9 horas, alertado sobre a ameaça próxima, o Almirante Barroso determinou que suas unidades levantassem ferros e se preparassem para o combate. Seguiu-se, então, a sangrenta luta, cujo desenrolar registrou demonstrações de heroísmo e de amor à Pátria.

Na Canhoneira “Parnaíba”, abordada por quatro barcos rivais, sobressaíram a coragem e a resistência da tripulação, da qual faziam parte o Guarda-Marinha Greenhalgh e o Imperial Marinheiro Marcílio Dias que, assim como muitos outros, pereceram enfrentando os atacantes, buscando impedir que o Pavilhão Nacional fosse arriado.

A bordo da Fragata “Amazonas”, o Almirante Barroso percebeu a gravidade da situação, uma vez que se delineava um quadro tático desfavorável, demandando uma ação peremptória que pudesse reverter a situação. Mandou, então, hastear o célebre sinal: “O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever”, contagiando as tripulações, que entoaram entusiasmados vivas à Nação. Na sequência, tomou uma decisão audaciosa e, valendo-se da vantagem do maior porte de seu Capitânia, investiu de proa, sucessivamente, contra três embarcações e uma chata opositoras, afundando-as.

Sua ordem seguinte, “Sustentar o fogo que a vitória é nossa”, prenunciava o desfecho do embate, que se encerrou antes do pôr do sol, com o inimigo batendo em retirada, praticamente aniquilado, configurando-se, assim, um triunfo decisivo e um ponto de inflexão na Guerra, com a consequente garantia do bloqueio fluvial, asfixiando, logisticamente, o adversário.

Na época presente, cabe-nos não apenas cultuar as demonstrações de bravura daqueles que lá estiveram, mas também aprender com as lições emanadas de um conflito que resultou em uma perda inestimável de vidas e envolveu um significativo dispêndio de recursos do País.

O cenário de paz, que ora desfrutamos, não pode minimizar a importância das atribuições constitucionais da nossa Instituição, principalmente aquelas voltadas para a defesa da soberania e para a garantia do imenso patrimônio que possuímos na “Amazônia Azul”, nas hidrovias e nas águas interiores.

Os ensinamentos extraídos daquela campanha, que permanecem válidos até hoje, permitem-nos assegurar que não se prepara uma Marinha em um curto espaço de tempo, corroborando as palavras do ilustre Rui Barbosa: “Esquadras não se improvisam”. Se, naquela ocasião, possuíssemos meios atualizados e em número adequado, apropriados às diferentes tarefas e áreas de atuação, possivelmente teríamos contribuído, mais eficazmente, para fazer com que a via diplomática fosse o caminho escolhido pelo oponente, evitando, assim, o início das hostilidades.

Cabe destacar, também, a atuação do então Arsenal da Corte, hoje Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, onde foram projetadas e construídas muitas das embarcações disponíveis no começo da Guerra, todas de madeira, como também, as unidades encouraçadas empregadas nas ações posteriores no Rio Paraguai, demonstrando a importância de

contarmos com uma Base Industrial de Defesa autóctone, colaborando com o esforço de mobilização e reduzindo a dependência do exterior.

A crescente importância político-estratégica do País no cenário internacional requer que tenhamos uma Força pronta, tecnologicamente atualizada, adestrada, motivada, com credibilidade e apta a dissuadir eventuais atitudes hostis.

É nesse contexto que se insere o PROSUB, cuja meta maior é a obtenção da capacidade de projetar e fabricar, no Brasil, submarinos convencionais e com propulsão nuclear, sendo relevante mencionar os avanços já obtidos, como a inauguração, em 1º de março, pela Presidenta da República, da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM), em Itaguaí, RJ, onde será iniciada a preparação das recém-recebidas Seções 3 e 4 do primeiro submarino da classe “Scorpène”, que lá já se encontram.

Quanto aos nossos demais projetos de modernização e de reaparelhamento, destaco: a chegada, ao Rio, em 24 de maio, do segundo Navio Patrulha Oceânico de 1800 toneladas, o “Apa”, e a incorporação do terceiro deles, o “Araguari”, no próximo dia 21 de junho; a continuidade do programa de construção de Navios-Patrulha de 500 toneladas, privilegiando os estaleiros brasileiros, estando dois prontos e cinco em andamento, de um total de 27 planejados; a prontificação dos novos Estudos de Exequibilidade, marco inicial para a retomada da fabricação, no País, das Corvetas classe “Barroso”, de grande importância por ser fruto de um projeto nacional; a aquisição de novos helicópteros e equipamentos para o Corpo de Fuzileiros Navais; as ações buscando lograr a aprovação e a implementação do Programa de Obtenção de Meios de Superfície (PROSUPER); a conclusão, prevista para o 2º semestre deste ano, da arquitetura do Sistema de Gerenciamento da “Amazônia Azul” (SisGAAz); e as tratativas que conduzirão à decisão sobre a localização da futura Segunda Esquadra.

Meus comandados!

Ao comemorarmos os cento e quarenta e oito anos da Batalha Naval do Riachuelo, exorto-os a manter o “Fogo Sagrado” e a renovar o compromisso de dedicação ao serviço, somando esforços no sentido de alcançarmos a Marinha que a Nação necessita e que tanto desejamos, como uma forma de honrar a memória desse Herói Nacional, o Almirante Barroso, e daqueles que sacrificaram suas vidas na defesa da Pátria.

Expresso o meu reconhecimento a todos os militares e servidores civis, homens e mulheres, que fazem parte da nossa Instituição, pelo profissionalismo, perseverança, garra e denodo com que, sobrepujando os eventuais óbices que se descortinam, vêm cumprindo, com competência, suas atribuições no mar, nas águas interiores, nos mais diversos pontos do nosso território e no exterior, em especial nas Missões de Paz no Haiti e no Líbano, e na Antártica.

Ao finalizar, dirijo-me aos promovidos e agraciados com a Ordem do Mérito Naval, apresentando os agradecimentos pelos esforços e contribuição dispensados em prol da nossa Força.

Parabéns a todos!

JULIO SOARES DE MOURA NETO
Almirante-de-Esquadra
Comandante da Marinha



Comemoração Data Magna da Marinha do Brasil

Para comemorar o 148º Aniversário da Batalha Naval do Riachuelo (11 de junho de 1865) e Data Magna da Marinha, a Soamar Campinas, presidida por Christiane Chuffi, e o Rotary Club Campinas Sul, presidido por Adailton José Santos Silva, realizaram uma reunião festiva conjunta no dia 6 de junho.

O evento contou com a presença de dezenas de Soamarinos e Rotarianos e com a honrosa presença do Vice-Almirante LISEO Zampronio, Comandante do 8º Distrito Naval, acompanhado da sua esposa Lenita Zampronio.

A homenagem à Marinha do Brasil constou de canto do hino nacional, leitura da Oração do Navegante, uma poesia dedicada aos soamarinos e de breve histórico sobre a Batalha Naval do Riachuelo, bem como de palestra proferida pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) **Francisco Eduardo Alves de Almeida**, pesquisador associado do laboratório de estudos do tempo presente da UFRJ, membro associado do Naval Review do Reino Unido e Professor Doutor de Estratégia e História Naval da Escola de Guerra Naval, que brilhantemente discorreu sobre a participação da Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial

No ano passado o Comandante Alves de Almeida havia abordado o tema “A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial com a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG)”. Em ambas as palestras, de forma bem didática, o Comandante Alves de Almeida transmitiu interessantes informações históricas sobre a participação da Marinha do Brasil nas duas Guerras Mundiais do século XX, despertando nos presentes o sentimento da necessidade do Brasil ter uma Marinha preparada para defender os seus interesses no mar, a nossa “Amazônia Azul”.

Agradecemos ao Comandante Alves de Almeida pela excelente e elucidativa palestra sobre estes significativos marcos da história naval brasileira, onde centenas de marinheiros faleceram e servem de exemplos para os marinheiros de hoje e de amanhã.

A presidente da Soamar Campinas aproveitou a ocasião para apresentar Ana Maria F. da Cunha e Mario Bozza Junior que foram agraciados com a Medalha Amigo da Marinha, em 13 de dezembro de 2012, e tornaram-se associados da SOAMAR Campinas.





CERIMÔNIA DE 11 DE JUNHO – 8º DISTRITO NAVAL

No dia 11 de junho uma representação da Soamar Campinas, capitaneada pela sua presidente Christiane Chuffi, prestigiou a bela cerimônia realizada no Comando do 8º Distrito Naval em homenagem ao 148º Aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, Data Magna da Marinha.

O evento foi prestigiado por autoridades civis e militares e constou de:

- canto do hino nacional;
- homenagem aos heróis da Batalha Naval do Riachuelo;
- leitura da mensagem presidencial;
- leitura da Ordem do Dia do Comandante da Marinha;
- Imposição da Medalha Amigo da Marinha;
- Imposição da Ordem do Mérito Naval; e
- Desfile em continência.

De Campinas foram agraciadas com a Medalha Amigo da Marinha as seguintes personalidades: Ana Clara de Mallo e Silva, Yunes Eiras Baptista e Sonia Finardi. Aos agraciados os cumprimentos dos Soamarinos de Campinas.



NAVIO ESCOLA BRASIL

A convite do Comandante do 8ºDN a presidente da Soamar Campinas, Christiane Chuffi, no dia 15 de junho esteve a bordo do Navio-Escola BRASIL, atracado ao cais da Capitania dos Portos em Santos, para momento de confraternização com a comunidade local. O Navio-Escola BRASIL, sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Renato Garcia ARRUDA, está finalizando os preparativos para, no mês de julho, iniciar a tradicional viagem de instrução com os Guardas-Marinhas que se formaram na Escola Naval, em dezembro de 2012, por vários países.





PALAVRA DE ESCOTEIRO

Gutemberg Felipe Martins da Silva

Chefe do 102°SP Grupo Escoteiro do Mar Velho Lobo



11 de Junho

Na data em que se comemora a Data Magna da Marinha do Brasil, alusiva à Batalha Naval do Riachuelo, os Escoteiros do Mar comemoram mais um aniversário de fundação.

Em 1865, nossa Marinha tomava medidas decisivas em benefício dos interesses da Pátria, de onde se imortalizariam as ordens do Almirante Barroso: “O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever” e ainda “Sustentar o fogo que a vitória é nossa!”.

Em 1910, exatamente no dia 17 de abril, o Encouraçado Minas Gerais chegava ao Brasil trazido pela Marinha de Guerra juntamente com a nova Frota construída na Inglaterra. O Oficial Amélio de Azevedo Marques teve seu filho, Aurélio Azevedo Marques, o primeiro Boy Scout brasileiro, que fez promessa ainda na Inglaterra, e junto com os demais marinheiros é considerado o introdutor do Escotismo no Brasil. Alguns dos marinheiros que vieram na Frota Naval, logo que chegaram ao Rio de Janeiro fundaram em 14 de junho o Centro de Boys Scouts do Brasil, no bairro do Catumbi, próximo do sambódromo, na Rua do Chichorro número 13.

Em 1921, com a criação da Federação Brasileira de Escoteiros do Mar, foi instituída a data de 11 de Junho como fundação da Modalidade Mar numa justa homenagem à Marinha do Brasil.

Isso é apenas mais um dos vínculos da Marinha do Brasil com o Escotismo do Mar nacional. A título de conhecimento de nossa história, relembramos algumas datas:

Em 7 de setembro de 1921 foi fundada a Federação Brasileira de Escoteiros do Mar organizados: Santos, Jequiá, 10º Grupo e o Cabo Frio. Esta fundação aconteceu em um acampamento realizado em Niterói no Saco de São Francisco, enseada de Jurujuba, um dos recantos da Baía de Guanabara, no litoral fluminense, onde existe uma pedra com uma placa que lembra esta data. Destacam-se como pioneiros desta jornada o então Tenente Benjamin Sodré (o Velho Lobo), o Tenente-Aviador Gelmirez de Mello (o Polvo Marinho), Comandante Frederico Villar, Comandante Gumercindo Loretti, Professor Gabriel Skinner e o Almirante Raja Gabaglia.

Logo, àqueles primeiros grupos vieram se juntar os grupos Jurujuba, Copacabana, São João da Barra, Caju, Saquarema, Pará, Maranhão, Paquetá, Euclides da Cunha, Marcílio Dias e outros mais.

Em 1924, a Federação Brasileira de Escoteiros do Mar, que se preocupava em unir as diferentes formas de praticar o Escotismo no Brasil, juntamente com os Escoteiros Católicos e Fluminenses fundaram a União dos Escoteiros do Brasil no Clube Naval, sua primeira sede. Para suprir o problema da falta de embarcações, valiam-se os Grupos de embarcações alugadas, particulares emprestadas e doadas pela Marinha. Pouco tempo decorria da sua organização teve a Federação do Mar a atenção e o auxílio oficial da Marinha de Guerra, trazendo vantagens e facilidades para o Escotismo do Mar de todos os tipos.

Assim, o Aviso número 3.811 de 28 de março de 1923 do Ministro da Marinha, criou o primeiro Regulamento dos Escoteiros do Mar, que deveria ser seguido por todos. Recursos materiais e apoio moral foram fatores de acentuado e seguro desenvolvimento propiciado ao Movimento que se iniciava. A Marinha de Guerra trouxe o Escotismo ao Brasil em 1910 e na década de 1920 garantia o desenvolvimento do Escotismo do Mar. Embarcações, instalações, pessoal para instrução foram cedidos ou facilitados aos Escoteiros do Mar, não só na então Capital Federal, como nos Estados.

Em 1937, a Marinha entregou aos Escoteiros do Mar o usufruto da Ilha da Boa Viagem. Nesta ilha que se encontra à entrada da Baía de Guanabara foi construída uma casa, o "Castelo da Boa Viagem", que seria um posto de guarda fundamental para a proteção da Baía de Guanabara, existindo a condição de que quando for necessário o uso da ilha pela Marinha, esta passa a guarda da mesma, retornado logo após o uso, aos Escoteiros do Mar.

No ano de 2002 através do CONAMAR Carlos Borba a Marinha lança na NORMAN-03 o reconhecimento aos Escoteiros do Mar e sua história na formação marinheira. É reconhecida a prova teórica dos Cursos de Chefes Escoteiros do Mar como válida para a habilitação de Arrais e Veleiro Amador.

Assim, as ordens de Barroso ecoam pelo tempo e nos chegam tão atuais. “O Brasil – ainda – espera que cada um cumpra o seu dever” para que tenhamos gerações melhores e mais comprometidas com os interesses da Pátria e que diante das dificuldades da vida e dos desafios morais, tenhamos a capacidade de “Sustentar o fogo que a vitória é nossa!”.

Nosso sincero aperto de mão canhoto a todos os que perpetuam com seu trabalho diuturno os valores alcançados pelos combatentes de Riachuelo e que norteiam os valores cultuados pelos Escoteiros do Mar!

E por isso cantamos:

“Respondem-nos Alerta! As vozes do oceano”.

Rataplân do Mar – Hino dos Escoteiros do Mar do Brasil

O escotismo nos proporciona esses momentos de conhecimento e de aprendizado.

Junte-se a nós e Bons Ventos!

Escoteiros do Mar.



Contato VELHO LOBO 102/SP – MODALIDADE DO MAR

Reuniões em Campinas aos sábados, das 9h às 11h30

Praça José Lameiro O'Campo

Bairro São Bernardo

Tel: (19) 9604-3702 / (19)7851.79.16 - ID 139*4181

www.facebook.com/gemarvelholobo

www.gemarvelholobo102sp.org

VULTOS DA HISTÓRIA NAVAL



ALMIRANTE BARROSO
Barão do Amazonas

Francisco Manoel Barroso da Silva nasceu em Lisboa em 1804; veio para o Brasil, com seus pais e a Família Real portuguesa, chegando ao Rio de Janeiro em 1808.

Ingressou como Aspirante na Academia de Marinha em 1821.

Como Guarda-Marinha e, depois, como Tenente, lutou na Guerra da Cisplatina, a bordo de navios da Marinha Imperial brasileira. Participou de diversos combates.

Atuou na repressão à Revolta da Cabanagem, na Província do Pará, e da “Guerra dos Farrapos”, no Sul, durante o Período Regencial.

Comandou diversos navios, inclusive a Corveta *Baiana*, em uma viagem de instrução no Oceano Pacífico.

Comandou a Estação Naval de Pernambuco; depois, já como Oficial-General – Chefe-de-Divisão (posto que correspondia ao de Comodoro, em outras Marinhas), comandou a Estação Naval da Bahia e, mais tarde, a Divisão Naval do Rio da Prata.

Participou da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, operando no Rio Paraná e, depois, no Rio Paraguai, até a Batalha de Curupaiti. Comandou a Força Naval brasileira que venceu, em 11 de junho de 1865, a Batalha Naval do Riachuelo, no Rio Paraná. A vitória foi alcançada graças à coragem e à iniciativa de Barroso, que, após conseguir sair da armadilha montada pelos paraguaios, nas proximidades da foz do Riachuelo, com canhões e tropas na margem do rio, e navios e chatas artilhadas, retornou ao local e empregou a Fragata *Amazonas*, sua capitânia, para abalroar e destruir navios inimigos. A esquadra paraguaia foi praticamente aniquilada, não tendo mais papel relevante nessa guerra; manteve-se o bloqueio que impediu o Paraguai de receber armamento e, até, os navios encouraçados que encomendara no exterior; e as tropas paraguaias retrocederam para dentro do território do Paraguai, por verem seu flanco e sua logística, em território invadido, ameaçados.

Deixou o serviço ativo como Almirante e fixou residência em Montevideu, no Uruguai, onde faleceu, em 1882.

Barroso era um “homem do mar”, o paradigma do comandante de navio veleiro do século XIX, que passara boa parte de sua vida pisando num convés. Era austero, objetivo e disciplinador. Tamandaré o tinha como amigo e o manteve como seu Chefe de Estado-Maior das Forças Navais em Operações no Rio da Prata, de abril de 1865 a dezembro de 1866.



Batalha Naval do Riachuelo



PALAVRA DO COMANDANTE

RONALD dos Santos Santiago
Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1)

A importância e criação de um símbolo!

O símbolo é um elemento essencial no processo motivacional e de comunicação. Na Marinha do Brasil é tradição os comandos operativos utilizá-los em suas bandeiras de fainas justamente para marcar a atuação da OM e gerar na tripulação um sentimento de identidade e orgulho no cumprimento da missão.

Em 2001, assumi o Comando do Grupamento Naval do Norte (GNN), onde identifiquei a necessidade da criação de um símbolo que transmitisse uma imagem positiva da OM e o espírito da tripulação. Para tanto, criamos um concurso no âmbito do GNN para que todos, praças e oficiais, pudessem colaborar na criação da nossa identidade visual. No entanto, no decorrer inicial do concurso, tive uma ideia que foi bem recebida pelo meu Estado-Maior. A partir desta ideia, buscamos auxílio profissional de um desenhista para bem executá-la.

Após alguns aperfeiçoamentos, adotamos mediante a expedição de portaria e registro no livro do Estabelecimento, o símbolo abaixo:



Em síntese, na portaria que aprovei o símbolo, descrevi o seu significado:

- A frase “SENTINELA DO PORTAL AMAZÔNICO” que bem representa a sua responsabilidade em função da posição geográfica;
- O mapa representa a sua área de responsabilidade, enfatizando o “PORTAL AMAZÔNICO”;
- Os oito navios sobre o mar do “PORTAL AMAZÔNICO” simbolizam a sua constituição, a Força-Pronta e o fato de estar de sentinela;

- A figura central, um Capitão-de-Fragata, posto do Comandante Superior dos Navios, empunhando a sua espada, símbolo da autoridade do Oficial, personificado na face de um cão da raça “Bulldog Inglês”, que representa nobreza, dignidade, lealdade de atitudes e que na sua postura tal qual sentinela sempre atenta, infunde precaução aos possíveis agentes ameaçadores.

Após a referida portaria, este símbolo foi transformado em adesivos, banners e painéis - meios de comunicação os quais proporcionaram a ampliação do espírito de corpo que deve existir nas unidades militares.

Este símbolo intensificou a relação da tripulação a ponto de ser incluído nas futuras montagens da tradicional barraca de festa junina do GNN, em festa promovida no Centro Esportivo e Recreativo Espadarte, com a criação do “Arraiá do Bruthus”, sendo a figura do Bulldog Inglês vestida com a tradicional roupa caipira.

A ideia do símbolo não veio por acaso. Desde criança sou um admirador e apaixonado pela raça Bulldog Inglês, e, na ocasião que exercia o Comando, possuía o magnífico exemplar “BRUTHUS OF REAL GRIFFEN”, o qual foi a fonte da minha inspiração. Ressalto, que quando houve a criação do “Arraiá do Bruthus”, eu já não era Comandante do GNN, a idéia foi daqueles que permaneceram lá servindo e que tinham sido meus subordinados. Quando tomei conhecimento e recebi uma camiseta do evento com a figura do Bruthus vestido de caipira, fiquei muito satisfeito; não só pela homenagem, mas por ter conseguido gerar naquela tripulação o verdadeiro espírito de corpo de uma unidade militar.



Com o tempo, o Comando do Grupamento Naval do Norte passou por várias transformações. O comandante passou a ser um Capitão-de-Mar-e-Guerra; navios foram desincorporados e outros foram incorporados; e o nome da OM passou a ser “Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Norte”. Mas, mesmo após tantas modificações, algumas coisas não mudaram, como: o seu sentimento de identidade e o orgulho no cumprimento da missão. Hoje, o símbolo é representado na figura abaixo.

